

INFLUÊNCIA DOS FATORES CONTÁBEIS, FISCAIS E POLÍTICOS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Sâmia Priscila Soares De Souza

Mestre em Ciências Contábeis e Administração

Fucape Pesquisa e Ensino S/A

samiapriszilass@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-9785-0447>

Resumo

Este estudo investiga a influência dos fatores contábeis, fiscais e políticos no desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros. Para esse objetivo foi realizada uma abordagem quantitativa e descritiva, com dados em painel, utilizando informações secundárias de municípios brasileiros referentes aos anos de 2022 e 2023. A análise foi realizada por meio de regressão linear múltipla. Os resultados indicam que, sob a perspectiva contábil, a qualidade da informação tem impacto positivo e significativo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No contexto fiscal, o resultado primário per capita não apresentou influência direta no desenvolvimento sustentável, sugerindo que um cenário superavitário pode não ser um fator determinante para o avanço dos ODS nos municípios brasileiros. Em termos políticos, os municípios governados por partidos de esquerda, em média, apresentaram menores índices de desenvolvimento sustentável. Além disso, os resultados apontam que municípios mais populosos tendem a alcançar maiores desempenhos. Verificou-se, ainda, que os municípios das regiões Sudeste e Sul apresentam, em média, melhores indicadores. O diferencial desta pesquisa reside na análise simultânea dos fatores contábeis, fiscais e políticos, oferecendo uma compreensão abrangente de sua influência no desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; qualidade da informação contábil; resultado primário; partido político.

Abstract

This study investigates the influence of accounting, fiscal, and political factors on the sustainable development of Brazilian municipalities. To this end, a quantitative and descriptive approach was taken, using panel data and secondary information from Brazilian municipalities for the years 2022 and 2023. The analysis was performed using multiple linear regression. The results indicate that, from an accounting perspective, the quality of information has a positive and significant impact on the Sustainable Development Goals (SDGs). In the fiscal context, the primary per capita result had no direct influence on sustainable development, suggesting that a surplus scenario may not be a determining factor for the advancement of the SDGs in Brazilian municipalities. In political terms, municipalities governed by left-wing parties, on average, had lower sustainable development indices. In addition, the results indicate that more populous municipalities tend to achieve higher performance. It was also found that municipalities in the Southeast and South regions have, on average, better indicators. The unique feature of this research lies in the simultaneous analysis of accounting, fiscal, and political factors, offering a comprehensive understanding of their influence on sustainable development in Brazilian municipalities.

Keywords: sustainable development; quality of accounting information; primary result; political party.

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de integrar a sustentabilidade às políticas públicas, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, em dezembro de 2015, a Agenda 2030, que inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Cohen et al., 2023). A agenda representa um marco internacional ao reconhecer a necessidade de um compromisso coletivo com a responsabilidade social, ambiental e econômica (Brusca et al., 2024), além de trazer uma nova perspectiva sobre a responsabilidade dos governos (Bisogno et al., 2023). Esses objetivos visam enfrentar desafios globais, como a redução das desigualdades, a erradicação da pobreza, a proteção ambiental, o combate às mudanças climáticas e a promoção da paz e da justiça (Minutiello et al., 2024).

A ideia central é que a sustentabilidade não é apenas uma questão ambiental, mas também um imperativo para a gestão pública, exigindo que os gestores adotem estratégias que considerem a sustentabilidade em suas políticas e ações (Magliacani, 2023). Alcançar os 17 objetivos estabelecidos pela ONU é uma tarefa complexa, dada a diversidade de atores, setores, atividades e prazos envolvidos (Minutiello et al., 2024). Cada município deve, portanto, adaptar as diretrizes globais à sua realidade local, considerando as particularidades de sua região, como aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais (Luhtala et al., 2025).

A literatura tem analisado a sustentabilidade sob diferentes perspectivas, proporcionando uma visão abrangente sobre o desenvolvimento sustentável (Minutiello et al., 2024). No campo dos negócios e gestão, costuma-se explorar como o comprometimento com os ODS pode influenciar políticas e ações organizacionais (Bebbington & Unerman, 2018). Já sob a perspectiva contábil e financeira, em geral, busca-se analisar o papel dos relatórios não financeiros (Juusola & Srouji, 2023) e a aplicação dos recursos em diferentes áreas e seu impacto no desenvolvimento sustentável (Abhayawansa et al., 2021).

Apesar das contribuições desses estudos, as investigações têm se concentrado na relevância dos relatórios de sustentabilidade para a promoção das metas dos ODS, enquanto os governos recebem pouca atenção (Christ et al., 2024), evidenciando uma lacuna importante na literatura. Nesse sentido, Sinervo et al. (2024) sugerem que futuras pesquisas explorem as interações entre técnica, política e cultura, com o objetivo de compreender como esses fatores podem ser otimizados para promover a sustentabilidade em diferentes contextos.

Com base nas lacunas citadas, esta pesquisa volta-se para o seguinte problema de pesquisa: os fatores contábeis, fiscais e políticos influenciam o alcance do desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros? Diante disso, o objetivo desta pesquisa concentra-se em analisar empiricamente a influência do fator contábil, representado pela qualidade da informação, do fator fiscal, medido pelo resultado primário, e do fator político, mensurado pelo partido político do prefeito, no desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros nos anos de 2022 e 2023.

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizado um estudo de caráter descritivo, natureza quantitativa e abordagem indutiva com modelo econométrico de regressão linear múltipla aplicado a dados em painel. Os resultados obtidos indicam que, na perspectiva contábil, a qualidade da informação exerce impacto positivo e significativo sobre os ODS, demonstrando que municípios com melhores notas no *ranking* SICONFI apresentam desempenhos superiores no desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o fator fiscal, medido pelo resultado primário, apresentou coeficiente negativo com efeito praticamente nulo, indicando que situações superavitárias ou deficitárias não influenciam de forma relevante os resultados dos municípios em relação aos ODS.

Na perspectiva política, os resultados apontam que os municípios governados por prefeitos de partidos de esquerda apresentam, em média, menores índices de desenvolvimento sustentável. Além disso, observa-se que os municípios das regiões Sudeste e Sul apresentam

desempenho superiores nos indicadores de sustentabilidade em comparação com as demais regiões o país.

Para os estudos acadêmicos esta pesquisa apresenta contribuição ao integrar fatores contábeis, fiscais e políticos em um mesmo modelo. Os resultados contribuem para a literatura ao revelar que dimensões fiscais e políticas assumem papel mais limitado, enquanto a qualidade da informação contábil apresenta-se como elemento na compreensão do desenvolvimento sustentável e reforça a necessidade de investimentos contínuos na padronização e transparência das informações, de modo que os dados contábeis sejam utilizados como instrumentos efetivos de planejamento e monitoramento das políticas sustentáveis.

No campo prático, esta pesquisa oferece contribuições para diferentes atores. Para os órgãos normatizadores, destaca a relevância do aprimoramento das normas contábeis, de modo que incorporem de forma mais explícita a sustentabilidade em suas dimensões social, econômica e ambiental, fortalecendo a integração entre a contabilidade pública e a Agenda 2030. Para os governos, reforça que a qualidade da informação contábil pode ser utilizada como instrumento estratégico para impulsionar avanços sustentáveis. Para os agentes políticos, evidencia que fatores estruturais, como diferenças regionais e porte populacional, influenciam o desempenho dos municípios, ressaltando a importância de políticas adaptadas às características locais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável

As atividades humanas em larga escala têm causado impactos significativos no meio ambiente, tornando essencial a adoção de medidas para mitigar esses danos (Fang et al., 2023). Além disso, desafios como mudanças climáticas e envelhecimento populacional tornam a busca por soluções sustentáveis ainda mais urgente (Aidt et al., 2018). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável integra a preservação ambiental e o progresso socioeconômico, garantindo o atendimento das necessidades atuais sem comprometer os recursos e oportunidades das gerações futuras (Bebbington & Unerman, 2018).

Em 2015 a ONU instituiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como uma evolução amplamente reconhecida e aceita da agenda global de desenvolvimento sustentável (Nicolò et al., 2023). Essa iniciativa estabeleceu um conjunto unificado de 17 objetivos e 169 metas específicas, voltados para questões sociais, econômicas e ambientais a serem alcançados até 2030 (Bisogno et al., 2023; Luhtala et al., 2025).

Os 17 ODS abordam questões como combate à pobreza, igualdade de gênero, proteção ambiental e desenvolvimento econômico inclusivo, ao mesmo tempo que buscam garantir que ninguém seja deixado para trás (Cohen, et al., 2023). Foram definidos como um acordo intergovernamental para abordar os principais desafios globais e impulsionar um futuro sustentável para todos (Bebbington & Unerman, 2018; Fang et al., 2023), além disso, atribuíram aos governos a responsabilidade de implementar políticas e ações voltadas ao avanço (Botchway & Bradley, 2023).

Apesar das boas intenções e da ambição dos ODS, as Nações Unidas reconhecem que a transformação necessária para alcançá-los até 2030 não está avançando com a rapidez esperada (Christ et al., 2024). Eventos como a pandemia COVID-19, caracterizada como uma crise global de saúde (Nakpodia et al., 2024) e o conflito entre Rússia e Ucrânia comprometeram significativamente o progresso dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Christ et al., 2024).

Os avanços são influenciados por diversos fatores, como a estrutura das organizações, aspectos financeiros, práticas já institucionalizadas e ainda as prioridades políticas (Luhtala et al., 2025). Assim, cada país deve desenvolver e implementar estratégias próprias alinhadas às

metas globais da ONU, contribuindo de forma específica para a concretização da Agenda 2030 (Nicolò et al., 2023).

2.2 Qualidade da Informação Contábil

Segundo Bebbington e Unerman (2020), a contabilidade vai além de aspectos técnicos, desempenhando um papel essencial na forma como as organizações estruturam suas ações e alcançam seus objetivos. Corroborando com essa visão, Twyford et al. (2024) afirmam que a contabilidade não deve ser vista apenas como uma técnica, mas também como uma área capaz de influenciar questões sociais e políticas.

A contabilidade sustentável refere-se ao processo de mensuração e comunicação do desempenho das organizações ou governos no cumprimento dos ODS, permitindo o acompanhamento do progresso em direção às metas estabelecidas pela ONU (Luhtala et al., 2025). Desse modo, além de garantir a transparência nos números, a contabilidade deve considerar os impactos sociais, econômicos e ambientais das decisões financeiras (Hopper, 2019).

Nesse contexto, a adoção de relatórios de sustentabilidade tem se tornado um processo crescente e contínuo (Nicolò et al., 2023). Esses relatórios refletem as ações e desempenhos das organizações em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade e devem ser considerados conjuntamente com as informações contábeis tradicionais, que são essenciais para avaliar os recursos disponíveis e os resultados obtidos (Cohen et al., 2023).

No setor público, essa prática de divulgação sustentável tem sido adotada gradualmente, aumentando a responsabilidade das administrações públicas e fortalecendo parcerias para uma sociedade mais sustentável (Brusca et al., 2024). Além disso, há um esforço crescente dos conselhos de normas contábeis para estabelecer padrões de relatórios de sustentabilidade em escala global e local (Brusca et al., 2024).

Os relatórios de sustentabilidade emergem como ferramentas para que organizações, tanto do setor público quanto do setor privado, documentem e comuniquem suas práticas, seus impactos e progressos em relação às metas da Agenda 2030 da ONU, impulsionando sua adoção no setor público (Brusca et al., 2024). Essas características exigem que os relatórios considerem as particularidades sociopolíticas e econômicas de cada país, uma vez que essas variáveis podem impactar significativamente sobre as práticas contábeis e as políticas de desenvolvimento (Moses & Hopper, 2022).

A qualidade da informação contábil está relacionada à sua utilidade para a tomada de decisão, assegurando que os dados representem com precisão a realidade da organização, sejam disponibilizados em tempo hábil e permitam comparações consistentes ao longo do tempo (Sousa, 2022; Choi & Lee, 2024). Ademais, garante que as informações financeiras sejam documentadas de maneira adequada para que todas as partes interessadas possam acessá-las, contribuindo para a transparência, a responsabilização e gestão dos recursos no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Nakpodia et al., 2024).

Corroborando com essa visão, Moses e Hopper (2022) citam que a disponibilização clara, acessível e transparente das informações contábeis é essencial para fortalecer a responsabilização dos governos, permitindo que a sociedade acompanhe a utilização dos recursos públicos e sua coerência com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Assim, a contabilidade pode contribuir para o desenvolvimento de práticas sustentáveis ao integrar considerações éticas e de responsabilidade social nas decisões financeiras (Bebbington & Unerman, 2018). É crescente a conscientização das organizações do setor público em relação à necessidade de atender não apenas às exigências regulatórias, mas também às expectativas e preocupações da sociedade em geral (Cohen et al., 2023). Essas organizações têm uma responsabilidade natural com a população, pois suas atividades são diretamente

voltadas à geração de benefícios públicos e à promoção do bem-estar social (Nicolò et al., 2023).

Segundo Sousa (2022), no setor público brasileiro, um dos principais indicadores utilizados para mensurar a qualidade da informação contábil é o *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do SICONFI, elaborado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional. Esse *ranking* consiste na análise das informações contábeis e fiscais enviados pelos entes subnacionais à STN, e avaliam a precisão e a conformidade das informações reportadas, além de fomentar práticas que aprimorem a transparência na gestão pública (Sousa, 2022).

A qualidade da informação contábil não apenas aprimora a tomada de decisão, mas também aumenta a probabilidade de sucesso organizacional, pois decisões bem fundamentadas tendem a resultar em melhor desempenho e resultados positivos para as organizações (Wang & Liu, 2024). Essas autoras reforçam que quando as informações são relevantes, precisas e oportunas, elas se tornam uma base sólida para a formulação de estratégias e o aprimoramento das atividades organizacionais.

Assim, observada as abordagens existentes na literatura acerca da relevância da informação contábil e sua contribuição para o processo decisório e para o desenvolvimento sustentável, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Municípios com maior qualidade da informação apresentam maiores índices de desenvolvimento sustentável.

2.3 Resultado Primário

O desempenho fiscal é definido como a capacidade de um governo controlar e sustentar seus níveis de dívida, garantindo o equilíbrio financeiro ao longo do tempo (Cruz et al., 2018). Essa capacidade é essencial para assegurar que os governos possam financiar iniciativas relacionadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável a longo prazo (Abhayawansa et al., 2021). O Resultado Primário é um indicador comumente utilizado para mensurar o desempenho fiscal no médio e longo prazo, e demonstrar se o governo está gerando recursos suficientes para cobrir suas despesas correntes sem a necessidade de aumentar a dívida pública (Secretaria do Tesouro Nacional [STN], 2022).

A presença de uma gestão financeira pública eficaz é fundamental não apenas para a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável, mas também para a capacidade de enfrentar e administrar crises inesperadas (Nakpodia et al., 2024). Para que a sustentabilidade seja efetiva e alcance os ODS, as organizações devem repensar suas estratégias, reduzindo o foco em metas de curto prazo e adotando um compromisso de longo prazo que considere as interdependências entre os diferentes aspectos da sustentabilidade ao longo do tempo (Christ et al., 2024).

Além disso, as finanças desempenham um papel fundamental no alcance dos ODS, fornecendo os recursos necessários para implementar políticas e iniciativas voltadas para a sustentabilidade (Nakpodia et al., 2024). As organizações ajustam suas estratégias com base na disponibilidade de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, e essas interações influenciam diretamente em como a sustentabilidade é integrada às operações e decisões organizacionais (Minutiello et al., 2024).

Condições financeiras superavitárias permitem que os governos locais desenvolvam e implementem políticas adaptadas aos ODS, promovendo avanços sociais, ambientais e econômicos (Bisogno et al., 2023). Por outro lado, um déficit fiscal representa um obstáculo significativo, limitando a capacidade governamental de destinar recursos essenciais para combater desafios como desigualdade e degradação ambiental (Bisogno et al., 2023).

O desempenho limitado na agenda de desenvolvimento global, especialmente em nações menos desenvolvidas, está frequentemente relacionado à deficiência na gestão fiscal, o que reduz a capacidade dos governos de implementar políticas voltadas para a sustentabilidade e o

crescimento econômico, além de dificultar a alavancagem de recursos financeiros para cumprir as metas dos ODS (Nakpodia et al., 2024).

Consoante as discussões apresentadas, espera-se que a sustentabilidade fiscal, refletida no resultado primário, possa influenciar a capacidade dos governos de administrar suas finanças de maneira equilibrada e de direcionar recursos para políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento sustentável. Dessa forma, formula-se a seguinte hipótese:

H2: Municípios com melhores resultados primários apresentam maiores índices de desenvolvimento sustentável.

2.4 Partido Político

Os ODS foram concebidos para serem implementados principalmente por governos, o que significa que suas metas e indicadores são frequentemente moldados dentro de um contexto político e administrativo (Botchway & Bradley, 2023). Dessa forma, desafiam as administrações públicas a orientar suas políticas e práticas em direção a um desenvolvimento sustentável (Bisogno et al., 2023), garantindo não apenas o atendimento das necessidades atuais, mas também a preservação de um futuro para as próximas gerações (Nakpodia et al., 2024).

Os governos locais, por estarem mais próximos dos cidadãos, desempenham um papel fundamental na adaptação e execução de iniciativas sustentáveis em nível comunitário (Bisogno et al., 2023). Isso implica que cada município deve ajustar as diretrizes globais à sua realidade local, considerando particularidades sociais, econômicas, ambientais e culturais de sua região (Luhtala et al., 2025).

Um dos principais desafios para alcançar as metas dos ODS está no âmbito político, onde interesses divergentes, disputas e dinâmicas de poder frequentemente dificultam a implementação de práticas mais transparentes e responsáveis (Hopper, 2019). Fatores políticos, como a pressão de reguladores governamentais e as expectativas da comunidade, influenciam diretamente a motivação dos governos locais para implementar práticas sustentáveis (Sinervo et al., 2024). Uma coordenação entre políticas públicas é fundamental para garantir que os ODS sejam incorporados nas estratégias de desenvolvimento (Abhayawansa et al., 2021).

O partido político parte do princípio de que os governos atuam com base em motivações ideológicas, uma vez que cada partido defende os interesses de determinados grupos de eleitores (Bisogno et al., 2023). A ideologia partidária pode ser avaliada com base nos programas dos partidos, no comportamento de seus representantes e eleitores, na composição social, além da percepção tanto dos próprios membros quanto de especialistas (Bolognesi et al., 2023).

Esses grupos políticos geralmente se identificam com uma das duas principais correntes ideológicas: esquerda ou direita (Bisogno et al., 2023). Os partidos de esquerda tendem a implementar agendas que promovam a justiça social, igualdade e direitos humanos (Bolognesi et al., 2023). Nessa mesma linha, Rieiro-García et al. (2023) descrevem que os partidos de esquerda demonstram uma maior inclinação para a sustentabilidade, políticas sociais e o bem-estar social, além de priorizar questões socioculturais, alinhando-se aos princípios dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, os partidos de direita são descritos como mais voltados para questões econômicas (Rieiro-García et al., 2023). Esses partidos priorizam o bem-estar econômico, segurança militar e ordem interna, o que pode resultar em menor ênfase em pautas ambientais e de desenvolvimento sustentável em comparação com os partidos de esquerda, que se concentram mais em temas de sustentabilidade e proteção ambiental (Bisogno et al., 2023).

Nesse sentido, a ideologia política do governo influencia a alocação de recursos voltados para o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população (Aidt et al., 2018). Diante dessas considerações, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H3: Os municípios administrados por prefeitos de ideologia política de esquerda apresentam maiores índices de desenvolvimento sustentável em comparação com aqueles governados por prefeitos de outras orientações ideológicas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 População e Amostra

Os dados utilizados neste estudo foram coletados a partir de fontes secundárias e a amostra do trabalho é composta pelos municípios brasileiros nos anos de 2022 e 2023, em função da disponibilidade do Índice de Desenvolvimento Sustentável que passou a ser reportada apenas a partir de 2022. As informações acerca do progresso dos municípios brasileiros em relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU foram obtidas no portal do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), especificamente o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR).

Os dados sobre a qualidade da informação foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), especificamente do *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Pontua-se que, apesar de conter elementos fiscais, o *ranking* não mede sustentabilidade fiscal, mas sim a qualidade da informação prestada. Esse *ranking* utiliza critérios específicos de avaliação para medir a precisão, tempestividade e conformidade das informações contidas nas Demonstrações Contábeis e nos Relatórios Fiscais reportados pelos entes públicos à STN (Sousa, 2022).

Para avaliar a sustentabilidade fiscal foram utilizados dados extraídos do Anexo 06 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, apresentado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), disponível no portal SICONFI. As informações sobre o partido político foram obtidas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, variáveis socioeconômicas de controle, como PIB per capita e população, foram coletadas a partir de bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A amostra inicial foi composta por 11.140 observações. No processo de junção das bases de dados e de estimação do modelo de regressão, 406 observações foram excluídas por ausência de correspondência entre as bases, sendo essa exclusão necessária para a consideração da estrutura em painel, resultando em uma amostra final de 10.734 observações.

3.2 Modelo Empírico

As hipóteses formuladas nesta pesquisa, que investigaram a influência do fator contábil, representado pela qualidade da informação, do fator fiscal, medido pelo resultado primário, e do fator político, identificado pelo partido político do prefeito, no alcance do desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros, foram empiricamente testadas com a seguinte equação econométrica:

$$IDS_{it} = \beta_0 + \beta_1 QInf_{it} + \beta_2 RPrim_{it} + \beta_3 DPart_{it} + Controles_{it} + \varepsilon_{it}A$$

A variável dependente IDS_{it} representa o desempenho do município i em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no período t . Essa informação é disponibilizada anualmente pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), por meio do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), que avalia o progresso dos 5.570 municípios brasileiros no cumprimento dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU (Abrahão & Pantoja, 2024). O índice fornece uma pontuação que varia de 0 a 100, onde 100 representa a maior realização dos ODS (Instituto Cidades Sustentáveis [ICS], 2024).

A variável independente $QInf_{it}$ mensura a qualidade da informação do município i no período t , obtida a partir do *ranking* SICONFI, que avalia a precisão, transparência e tempestividade das informações prestadas pelos municípios (STN, 2022). Sua ênfase recai sobre critérios técnicos de completude, consistência e tempestividade na divulgação das demonstrações, razão pela qual, neste estudo, é utilizada como medida da qualidade da informação contábil reportada pelos municípios.

A variável independente $RPrim_{it}$ compreende ao resultado primário per capita do município i no período t , extraído do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO. O resultado primário reflete a situação fiscal do governo com base na gestão das suas receitas e despesas operacionais, desconsiderando as despesas com o serviço da dívida (Couto et al., 2021). A variável independente $DPart_{it}$ classifica a filiação partidária do prefeito do município i no período t e é representada por *dummy*, onde 1 representa prefeitos filiados a partidos de esquerda e 0 para demais partidos.

As variáveis de controle compreendem PIB per capita, População e Região Geográfica. O PIB é comumente utilizado como um indicador do desenvolvimento econômico municipal, representando a quantidade de riqueza produzida por habitante (Mendonça & Peçanha, 2021). A variável População considera o porte populacional do município. Segundo Cohen et al. (2023), cidades com maior população estão em posição mais favorável para incorporar os ODS em seus planos. Por fim, a variável Região Geográfica busca capturar as disparidades regionais que influenciam o desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões do Brasil (Pereira & Vieira, 2024).

O sinal esperado para cada variável foi definido com base na literatura existente. Espera-se que a Qualidade da Informação (QInf) apresente um coeficiente positivo, pois informações mais precisas e transparentes podem contribuir para a eficiência da gestão pública (STN, 2022). Da mesma forma, supõe-se que o Resultado Primário (RPrim) tenha impacto positivo, visto que condições financeiras superavitárias contribuem para que os governos locais desenvolvam e implementem políticas que podem ser adaptadas especificamente para alcançar os ODS (Bisogno et al., 2023).

No que se refere à Filiação Partidária do prefeito (DPart), espera-se que essa variável tenha um coeficiente positivo. Rieiro-García et al. (2023) aponta que os partidos de esquerda tendem a ter uma maior inclinação para a sustentabilidade, políticas sociais e para o fortalecimento do bem-estar social, pois costumam priorizar questões socioculturais, o que está alinhado com os objetivos da ONU.

A tabela 1 representa o resumo das variáveis utilizadas para responder as hipóteses desta pesquisa:

Tabela 1- Descrição das variáveis

Característica	Sigla	Nome	Definição	Referência	Fonte	Sinal Esperado
Dependente	IDS	Índice de Desenvolvimento Sustentável	Indicador de desempenho sustentável com pontuação que varia de 0 a 100, onde 100 representa a ótima realização dos ODS	(Abrahão & Pantoja, 2024)	IDSC-BR	N/A
Independente	QINF	<i>Ranking</i> da Qualidade da Informação	Pontuação obtida pelos municípios no <i>Ranking</i> SICONFI/STN, utilizada como medida da qualidade da informação	(Sousa, 2022)	SICONFI	+
Independente	RPRIM	Resultado Primário	Valor do resultado primário per capita, podendo assumir valores positivos (superávit) ou negativos (déficit)	(Caldeira et al., 2016)	SICONFI	+
Independente	DPART	Filiação Partidária do Prefeito	<i>Dummy</i> que recebe 1 para partidos de esquerda, 0 para outros partidos	(Bolognesi et al., 2023)	TSE	+
Controle	PIBPER	PIB per capita	Logaritmo natural do Produto Interno Bruto per capita do município	(Mendonça & Peçanha, 2021)	IBGE	+
Controle	POP	População	Logaritmo natural da população do município	(Cohen et al., 2023)	IBGE	+
Controle	DREGIAO	Região	<i>Dummy</i> : para Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, com Norte como base	(Pereira & Vieira, 2024)	IBGE	

Nota: N/A - Não se aplica

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

3.3 Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados nesta pesquisa consistiu em consolidar informações provenientes de diferentes fontes em uma única base integrada de planilha no Microsoft Excel e tratadas estatisticamente por meio software Stata 18.

A variável Resultado Primário foi ajustada a valor per capita, permitindo comparações mais precisas entre municípios de diferentes tamanhos, em complemento, para minimizar o impacto de valores extremos desta variável, aplicou-se a *winsorização* de 1%, com o intuito de atenuar o efeito de valores extremos. Ademais, a variável PIB per capita e População foram convertidos para logaritmo natural (LNPIBPER e LNPOP), com o objetivo de normalizar a distribuição desses dados e reduzir problemas de heterocedasticidade. Já as variáveis de filiação partidária e regiões geográficas foram convertidas em variáveis *dummies* para facilitar a análise econométrica.

Foram calculadas estatísticas descritivas (médias, desvios-padrão, valores mínimos e máximos), a fim de compreender o comportamento das variáveis. A matriz de correlação de Pearson foi utilizada para identificar associações lineares entre as variáveis e avaliar possíveis indícios de colinearidade. Para verificar a presença de multicolinearidade, que ocorre quando há uma elevada correlação entre as variáveis independentes foi aplicado o teste do Fator de Inflação de Variância (VIF), garantindo que cada variável adicionasse informação relevante ao modelo, cujos resultados indicaram valores dentro dos limites aceitáveis, descartando colinearidade significativa que pudesse comprometer as análises (Gujarati & Porter, 2011).

Adicionalmente, foram conduzidos testes de diagnóstico para avaliar pressupostos clássicos da regressão. O teste de Breusch-Pagan foi utilizado para verificar a presença de heterocedasticidade, o teste Shapiro-Francia avaliou a normalidade dos resíduos e o teste de Durbin-Watson analisou a autocorrelação. A identificação de violações nesses pressupostos fundamentou a escolha pela estimação do modelo por Mínimos Quadrados Generalizados (GLS), considerado mais adequado para lidar com heterocedasticidade e autocorrelação em dados em painel.

Assim, os procedimentos de tratamento e diagnóstico asseguraram a consistência estatística das estimativas, possibilitando a testagem confiável das hipóteses formuladas nesta pesquisa e ajustando-se às especificidades do painel analisado (Gujarati & Porter, 2011).

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Estatística Descritiva

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva das variáveis analisadas — dependente, independentes e de controle — oferecendo uma visão inicial da distribuição e dispersão dos dados. As informações demonstram que a variável dependente, Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), possui uma média de 46,92 e um desvio padrão de 5,95, indicando uma variação moderada nos níveis de desenvolvimento sustentável entre os municípios. Os valores variam de 29,79 a 65,44, evidenciando diferenças relevantes no desempenho entre os municípios analisados.

A variável independente, Qualidade da Informação Contábil (QINF), apresenta uma média de 107,87 com um desvio padrão de 26,36, refletindo uma variação considerável entre os municípios em relação à qualidade da informação reportada. Os valores vão de 0,00 a 148,00, destacando municípios sem pontuação no *ranking* e outros com excelentes desempenhos.

O Resultado Primário por habitante (RPRIM), classificado como variável independente, demonstra uma média de R\$ 139,84, com desvio padrão de 651,32 indicando grandes disparidades fiscais dos municípios, com alguns apresentando déficits elevados e outros superávits expressivos.

Em relação à filiação partidária (DPART), a estatística descritiva demonstra que 15% dos municípios são governados por partidos classificados como de esquerda, enquanto os demais pertencem a partidos de centro ou direita.

Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Percentil 25	Mediana	Percentil 75	Máximo
IDS	46,92	5,95	29,79	42,46	46,60	50,87	65,44
QINF	107,87	26,36	0,00	97,58	113,17	125,36	148,00
RPRIM	139,84	651,32	-2.312,36	-169,75	73,74	374,64	2.995,93
DPART	0,15	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
PIBPER	25.421	25.827	4.788	10.675	18.673	31.334	583.172
POP	36.338	206.024	833	5.212	11.081	24.514	11.500.000

Notas: **IDS** - Índice de Desenvolvimento Sustentável; **QINF** - Qualidade da Informação Contábil – *Ranking* SICONFI; **RPRIM** - Resultado Primário por Habitante; **DPART**- Variável *dummy* que assume valor 1 para partidos classificados como 'Esquerda' e 0 caso contrário; **PIBPER** - Pib per capita; **POP** - Total de Habitantes.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados (2025).

Entre as variáveis de controle, o PIB per capita (PIBPER) dos municípios analisados apresentou uma média de R\$ 25.421, com ampla variação entre municípios, de R\$ 4.788 a R\$ 583.172. A população (POP) apresentou grande dispersão, com média de 36.338 habitantes, variando de municípios pequenos com 833 habitantes a grandes centros urbanos com 11,5 milhões de pessoas.

Os dados apresentados na tabela 2 demonstram a diversidade entre os municípios brasileiros refletida em aspectos socioeconômicos, contábeis, políticos e fiscais. Essa diversidade inicial sugere que os fatores analisados podem exercer efeitos distintos sobre o desenvolvimento sustentável, os quais serão discutidos e aprofundados nas subseções seguintes.

4.2 Matriz de Correlação

A Tabela 3 apresenta a matriz de correlação de Pearson, que mede a força e a direção das relações lineares entre as variáveis analisadas (Hair et al., 2010). A análise da matriz de correlação permite identificar possíveis sinais de multicolinearidade, um fenômeno que ocorre quando duas ou mais variáveis independentes estão altamente correlacionadas, o que pode distorcer as estimativas do modelo de regressão (Gujarati & Porter, 2011).

O Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), variável dependente do estudo, apresenta correlação positiva e estatisticamente significativa com a Qualidade da Informação (QINF), com coeficiente de 0,121, sugerindo que municípios com maior qualidade na informação tendem a alcançar melhor resultados em desenvolvimento sustentável.

Tabela 3 - Matriz de correlação de Pearson

Variável	IDS	QINF	RPRIM	DPART	PIBPER	POP
IDS	1,000					
QINF	0,121***	1,000				
RPRIM	0,042***	-0,109***	1,000			
DPART	-0,100***	0,037***	-0,010	1,000		
PIBPER	0,350***	0,071***	-0,002	-0,071***	1,000	
POP	0,092***	0,031***	-0,023	-0,005***	0,062***	1,000

Notas: **IDS** - Índice de Desenvolvimento Sustentável; **QINF** - Qualidade da Informação Contábil – *Ranking* SICONFI; **RPRIM** - Resultado Primário por Habitante; **DPART**- Variável *dummy* que assume valor 1 para partidos classificados como 'Esquerda' e 0 caso contrário; **PIBPER** - Pib per capita; **POP** - Total de Habitantes; *** Significativo ao nível de 1%.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados (2025).

A variável Resultado Primário per capita (RPRIM) apresenta correlação positiva e estatisticamente significativa com o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), com coeficiente de 0,042, indicando uma associação linear, ainda que de baixa magnitude, segundo a qual municípios com melhor desempenho fiscal tendem a apresentar níveis ligeiramente superiores de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o IDS mantém correlação negativa e significativa com a variável Filiação Partidária (DPART), com coeficiente de -0,100, sugerindo que municípios administrados por partidos de esquerda tendem a apresentar desempenho ligeiramente inferior nos ODS.

Em relação à correlação com as variáveis de controle, o IDS apresenta correlação positiva e estatisticamente significativa com o PIB per capita (PIBPER), com um coeficiente de 0,350, evidenciando a relevância de fatores socioeconômicos para o desempenho nos ODS. A variável População (POP) também apresenta correlação significativa e positiva com o IDS, com coeficientes de 0,092, indicando que municípios mais populosos tendem a alcançar melhores resultados nos ODS.

Entre as variáveis independentes, a correlação entre QINF e RPRIM é negativa em -0,109, sugerindo que municípios com melhor qualidade das informações não necessariamente apresentam resultados fiscais mais favoráveis. De maneira geral, os resultados da matriz de correlação apontam para interações entre as variáveis, justificando a inclusão delas no modelo econométrico para testar as hipóteses propostas.

4.3 Resultado Modelo de Regressão

O modelo foi estimado por Mínimos Quadrados Generalizados (GLS), ao qual avalia a relação entre a qualidade da informação, o resultado primário e o partido político dos prefeitos, testando as hipóteses formuladas para identificar a influência nos índices de sustentabilidade.

Tabela 4 - Estimativa do modelo proposto - GLS

Variável Independente	Variável Dependente: Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)					
	Coef.	Erro Padrão	Est. Z	P-valor	Intervalo de Confiança (95%)	
					Mín	Máx
QINF	0,010	0,000	74000	0,000***	0,010	0,010
RPRIM	-0,000	0,000	-814,2	0,000***	0,000	0,000
DPART	-0,285	0,000	-55000	0,000***	-0,285	-0,285
LNPIBPER	2,644	0,000	24000	0,000***	2,644	2,644
LNPOP	0,122	0,000	42000	0,000***	0,122	0,122
D_Nordeste	3,410	0,000	43000	0,000***	3,410	3,410
D_Centro-Oeste	4,994	0,000	130000	0,000***	4,994	4,994
D_Sudeste	10,672	0,000	200000	0,000***	10,672	10,672
D_Sul	7,174	0,000	250000	0,000***	7,174	7,174
D_2023	-0,674	0,000	-46000	0,000***	-0,674	-0,674
Constante	12,299	0,001	11000	0,000***	12,297	12,301
Nº Obs.	10.734					
Estatística Chi2	5.367					
P-valor (Chi2)	0,000					

Notas: **IDS** - Índice de Desenvolvimento Sustentável; **QINF** - Qualidade da Informação Contábil – *Ranking* SICONFI; **RPRIM** - Resultado Primário por Habitante; **DPART**- Variável *dummy* que assume valor 1 para partidos classificados como 'Esquerda' e 0 caso contrário; **LNPIBPER** – Logaritmo Neperiano do Pib per capita; e **LNPOP** - Logaritmo Neperiano da População; *** Significativo ao nível de 1%.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados (2025).

Na Tabela 4, os resultados indicam que a Qualidade da Informação (QINF) apresenta coeficiente positivo e estatisticamente significativo (0,010, $p < 0,001$). O baixo erro padrão, o

elevado valor da estatística z e o intervalo de confiança estreito reforçam a robustez da estimativa, confirmando a Hipótese H1 de que municípios com maior qualidade da informação alcançam melhores índices de desenvolvimento sustentável.

A variável independente Resultado Primário (RPRIM) apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo ($-0,000$, $p < 0,001$). Apesar da significância estatística a magnitude é muito próxima de zero ($-0,00000644$), indicando que a situação fiscal dos municípios, medida pelo resultado primário per capita, não exerce influência relevante sobre o desempenho em sustentabilidade, o que leva à não confirmação da Hipótese H2.

A variável independente de filiação partidária (DPART) apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo ($-0,285$, $p < 0,001$), contrariando a Hipótese H3, demonstrando que municípios administrados por partidos de esquerda tendem, em média, a apresentar desempenho inferior nos índices de desenvolvimento sustentável, refutando a projeção inicial de uma associação positiva entre ideologia de esquerda e maior compromisso com os ODS.

Em relação as variáveis de controle, o PIB per capita (LNPIBPER) foi a variável com maior impacto positivo sobre o Índice de Desenvolvimento Sustentável, com coeficiente de $2,644$ e $p < 0,001$. A variável População (LNPOP) também apresentou relação positiva e estatisticamente significativa ($0,122$, $p < 0,001$). A combinação de baixo erro padrão, estatística z elevada e intervalo de confiança estreito confirma a consistência do resultado, indicando a influência da riqueza econômica sobre os ODS e que municípios mais populosos tendem a alcançar melhores resultados sustentáveis, possivelmente em razão de maior capacidade administrativa.

As *dummies* regionais revelam que os municípios localizados nas regiões Sudeste ($10,672$, $p < 0,001$) e Sul ($7,174$, $p < 0,001$) apresentaram, em média, índices de desenvolvimento sustentável superiores em relação à região Norte, que foi a categoria de referência. Esse resultado confirma a existência de disparidades regionais nos indicadores de sustentabilidade municipal. A *dummy* referente ao ano de 2023 apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo ($-0,674$, $p < 0,001$), indicando que, em média, os municípios obtiveram resultados inferiores no IDS 2023 em comparação a 2022. Essa diferença pode refletir efeitos conjunturais como atrasos na implementação de políticas locais pós-pandemia.

De modo geral, os resultados confirmam que a Qualidade da Informação Contábil exerce influência positiva e significativa sobre o desenvolvimento sustentável dos municípios, confirmando a Hipótese H1. Em contrapartida, o Resultado Primário, embora estatisticamente significativo, apresentou coeficiente negativo de magnitude praticamente nula, não corroborando a Hipótese H2, o que indica que o desempenho fiscal não se traduz, necessariamente, em melhores resultados sustentáveis. Já a filiação partidária dos prefeitos apresentou efeito negativo e significativo, contrariando a Hipótese H3, sugerindo que, no período analisado, municípios administrados por partidos de esquerda apresentaram menores pontuações médias no IDS.

No conjunto das variáveis de controle, destaca-se os efeitos positivos do PIB per capita e da População, reforçando a relevância de fatores socioeconômicos no desempenho dos municípios. Também se confirmaram disparidades regionais, com desempenho superior para os municípios das regiões Sudeste e Sul, além de um desempenho médio inferior no ano de 2023 em relação a 2022. Esses achados reforçam que o desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros resulta da interação entre fatores institucionais, socioeconômicos, políticos e regionais, evidenciando a complexidade do fenômeno e a importância de políticas públicas integradas para promover avanços sustentáveis.

4.4 Discussão dos Resultados

A qualidade da informação contábil (QINF) apresentou impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o desenvolvimento sustentável municipal, confirmando a

Hipótese H1. Esse resultado está em consonância com o estudo de Twyford et al. (2024), que argumentam que a contabilidade não deve ser vista apenas como uma técnica, mas compreendida como um instrumento estratégico capaz de influenciar questões sociais e políticas. De forma semelhante, Bebbington e Unerman (2020) defendem que a contabilidade vai além dos aspectos técnicos, desempenhando contribuição na forma como as organizações estruturam suas ações e alcançam seus objetivos.

Esse entendimento também se aproxima de Hopper (2019) e Nakpodia et al. (2024), destacando que a contabilidade deve considerar os impactos sociais, econômicos e ambientais das decisões financeiras, tornando-se uma ferramenta essencial para promover práticas alinhadas à sustentabilidade. A contabilidade emerge como ferramenta para que organizações, tanto do setor público quanto do setor privado, documentem e comuniquem suas práticas, seus impactos e progressos em relação às metas da Agenda 2030 da ONU (Brusca et al., 2024).

Adicionalmente Wang e Liu (2024), acrescentam que a qualidade da informação contábil fortalece a tomada de decisão e aumenta o sucesso organizacional, uma vez que informações precisas, relevantes e oportunas oferecem uma base sólida para decisões estratégicas dentro de uma organização. Esses estudos corroboram com os resultados desta pesquisa, indicando que municípios com maior qualidade na informação contábil apresentam melhores índices de desenvolvimento sustentável. A disponibilidade de dados confiáveis potencializa o planejamento, a execução e o monitoramento de políticas públicas, fortalecendo a governança e a responsabilização social no setor público e contribuindo diretamente para o avanço dos Objetivos da Agenda 2030.

O fator fiscal, mensurado pelo resultado primário per capita (RPRIM), apresentou significância estatística, porém com coeficiente negativo e magnitude praticamente nula, o que leva à não confirmação da Hipótese H2. Esse achado diverge de estudos como o de Bisogno et al. (2023), que argumentam que condições financeiras superavitárias ampliam a capacidade para que governos locais implementem políticas públicas sustentáveis, em contrapartida, um déficit fiscal representa um obstáculo significativo, restringindo a alocação de recursos essenciais para a redução de desigualdades e a mitigação de impactos ambientais. Complementarmente, Cruz et al. (2018) destacam que um bom desempenho fiscal assegura o equilíbrio financeiro ao longo do tempo, sendo essa capacidade essencial para viabilizar o financiamento de iniciativas relacionadas aos ODS (Abhayawansa et al., 2021).

De forma semelhante, Nakpodia et al. (2024) afirmam que deficiências na gestão fiscal estão associadas ao baixo desempenho na agenda global de desenvolvimento sustentável, especialmente em países menos desenvolvidos. Ademais, esses autores reforçam que uma gestão fiscal é fundamental não apenas para garantir o alcance dos objetivos de sustentabilidade, mas também para permitir que governos enfrentem crises inesperadas e assegurem recursos para políticas públicas sustentáveis.

No entanto, os resultados desta pesquisa apontam que a situação fiscal dos municípios, medida pelo resultado primário, não exerceu impacto relevante sobre o desenvolvimento sustentável. Uma possível explicação é que, embora o resultado primário seja reconhecido como indicador fiscal de médio e longo prazo, a influência sobre o desenvolvimento sustentável pode não ser detectada em apenas dois anos de observação e ainda, pode estar condicionada a outros fatores, como dependência de transferências intergovernamentais e limitações orçamentárias.

A filiação partidária (DPART) apresentou significância e impacto negativo, não suportando a Hipótese H3, que previa que municípios governados por partidos de esquerda apresentariam melhores indicadores de sustentabilidade. Esse resultado contrapõe Rieiro-García et al. (2023), que associa partidos de esquerda a maior inclinação para políticas sociais, ambientais e bem-esta, além de priorizar questões socioculturais, alinhando-se aos ODS. Tais

partidos, conforme Bisogno et al. (2023), tendem a enfatizar justiça social, igualdade e proteção ambiental, enquanto partidos de direita priorizam pautas econômicas, segurança e ordem interna, o que, em tese, levaria a uma menor ênfase em sustentabilidade.

Conforme apontam Cohen et al. (2023), Fang et al. (2023) e Luhtala et al. (2025), os governos possuem a responsabilidade de implementar políticas voltadas aos ODS, mas sua capacidade de atuação depende de fatores institucionais e da realidade administrativa de cada município. Assim, uma explicação possível para a falta de suporte à H3 é que a filiação partidária, isoladamente, pode não ser um fator determinante para o desempenho sustentável municipal, sendo necessário considerar outros aspectos institucionais.

Entre as variáveis de controle, pontua-se o papel da população, cuja relação positiva e significativa reforça os achados de Cohen et al. (2023), ao apontar que cidades mais populosas possuem melhores condições para incorporar os ODS em seus planos e estratégias de gestão. Ademais, os efeitos positivos do PIB per capita demonstram que fatores estruturais permanecem determinantes, indicando que políticas de cooperação federativa e apoio técnico aos municípios de menor porte podem contribuir para reduzir desigualdades regionais.

Diante desses resultados, emergem implicações relevantes para a gestão pública. O impacto positivo da qualidade da informação contábil reforça a necessidade de investimentos contínuos na padronização e transparência das informações, de modo que os dados contábeis sejam utilizados como instrumentos efetivos de planejamento e monitoramento das políticas sustentáveis.

Por outro lado, o resultado primário indica que a sustentabilidade municipal não depende apenas do equilíbrio fiscal, mas da capacidade de converter resultados financeiros em políticas públicas efetivas nas dimensões social, ambiental e econômica. Essa evidência aponta para a importância de planejamentos orçamentários integrados à Agenda 2030, com foco na qualidade e na destinação do gasto público.

Já a influência negativa da filiação partidária (DPART) evidencia que a ideologia política, isoladamente, não garante avanços sustentáveis, reforçando a necessidade de institucionalizar políticas de longo prazo que transcendam ciclos eleitorais, garantindo continuidade administrativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a influência dos fatores contábeis, fiscais e políticos no desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros nos anos de 2022 e 2023, período correspondente à primeira e segunda divulgação do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDS), o que delimita temporalmente a análise, mas permite captar evidências recentes e comparáveis sobre o desempenho dos municípios brasileiros. De forma geral, os resultados confirmam parcialmente as hipóteses propostas.

Na perspectiva contábil, a qualidade da informação contábil demonstrou efeito positivo e significativo sobre o desenvolvimento sustentável, evidenciando que municípios com melhor desempenho no *ranking* SICONFI alcançam níveis mais elevados de desenvolvimento sustentável, portanto, confirmando a Hipótese H1.

No contexto fiscal, a Hipótese H2 não foi confirmada. Embora o resultado primário per capita tenha apresentado significância estatística, o coeficiente é negativo com magnitude praticamente nula, sugerindo que a sustentabilidade fiscal não se traduz em impactos relevantes sobre os ODS. Isso aponta a necessidade de integração de critérios de sustentabilidade às peças orçamentárias, assegurando sua convergência com os ODS e com o desenvolvimento de longo prazo, sinalizando que o foco das finanças públicas deve abranger não apenas o equilíbrio fiscal, mas também a qualidade e a finalidade do gasto público.

No cenário político, os resultados não confirmaram a Hipótese H3. Os municípios governados por prefeitos de partidos de esquerda apresentaram, em média, índices mais baixos

de sustentabilidade em comparação aos demais partidos, contrariando a expectativa teórica de que administrações de esquerda são mais alinhados às políticas sustentáveis, indicando que o compromisso com a sustentabilidade deve transcender a orientação partidária, exigindo o fortalecimento de mecanismos institucionais e de governança capazes de assegurar a continuidade das ações sustentáveis, independentemente das mudanças políticas locais.

Ao integrar fatores contábeis, fiscais e políticos em um mesmo modelo, a pesquisa amplia o debate acadêmico sobre a natureza multifatorial da sustentabilidade pública. Assim, essa pesquisa fortalece o entendimento teórico de que o desenvolvimento sustentável não decorre de dimensões isoladas, mas de uma rede complexa de fatores que a literatura precisa explorar de forma integrada. As evidências empíricas demonstram que o desenvolvimento sustentável municipal é um fenômeno multidimensional, resultado de múltiplas interações entre fatores institucionais, socioeconômicos e políticos, reforçando a importância de políticas públicas integradas, em que a contabilidade pública, a gestão fiscal e a governança política atuem de forma coordenada para promover a sustentabilidade nos municípios.

No campo prático, os resultados oferecem contribuições aplicáveis à gestão pública, sinalizando que a qualidade da informação contábil é um elemento para orientar políticas sustentáveis. Ademais, demonstra a relevância do aprimoramento das normas contábeis, de modo que incorporem a sustentabilidade em suas dimensões social, econômica e ambiental aos relatórios contábeis, fortalecendo a integração entre a contabilidade pública e a Agenda 2030. Nesse sentido, os relatórios contábeis devem ser utilizados como ferramentas de transformação, capazes de orientar a ação governamental e apoiar a construção de municípios mais sustentáveis.

Para os agentes políticos, evidencia que fatores estruturais, como diferenças regionais e porte populacional, influenciam o desempenho dos municípios, ressaltando a importância de políticas adaptadas às características locais, além disso, os achados alertam que não basta alcançar superávits fiscais ou associar-se a determinada ideologia política, o avanço em sustentabilidade municipal requer atenção à alocação de recursos e enfrentamento das desigualdades regionais.

Apesar das contribuições deste estudo, algumas limitações devem ser reconhecidas. A primeira refere-se à análise temporal restrita a dois anos (2022 e 2023), em função da disponibilidade do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) ser reportado a partir de 2022. Outra limitação está na complexidade da relação entre ideologia política e sustentabilidade, que pode ser influenciada por fatores institucionais, capacidade de gestão e prioridades orçamentárias não capturados no modelo.

Como agenda de pesquisas futuras, sugere-se aprofundar a investigação sobre como diferentes administrações municipais direcionam recursos para políticas sustentáveis, considerando aspectos institucionais como continuidade administrativa e planejamento de longo prazo, incluindo variáveis como capacidade de arrecadação própria e dependência de transferências intergovernamentais, com objetivo de compreender como a autonomia financeira dos municípios influencia na sustentabilidade local. Ademais, este estudo analisou o Índice de Desenvolvimento Sustentável dos municípios brasileiros dos 17 ODS de forma integrada, no entanto, para pesquisas futuras recomenda-se investigar ODS específicos, como aqueles voltados para educação, saúde, meio ambiente e desigualdade social, permitindo uma compreensão mais detalhada sobre quais dimensões do desenvolvimento sustentável são mais sensíveis aos fatores contábeis, fiscais e políticos.

REFERÊNCIAS

Abhayawansa, S., Adams, C. A., & Neesham, C. (2021). Accountability and governance in pursuit of Sustainable Development Goals: conceptualising how governments create

- value. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 34(4), 923–945. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2020-4667>
- Abrahão, J., & Pantoja, I. (2024). Desafios da gestão municipal para redução das desigualdades na cidade de São Paulo. *Estudos Avancados*, 38(111), 285–299. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438111.015>
- Aidt, T. S., Castro, V., & Martins, R. (2018). Shades of red and blue: government ideology and sustainable development. *Public Choice*, 175(3–4), 303–323. <https://doi.org/10.1007/s11127-018-0536-2>
- Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(1), 2–24. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929>
- Bebbington, J., & Unerman, J. (2020). Advancing research into accounting and the ONU Sustainable Development Goals. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 33(7), 1657–1670. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2020-4556>
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Rossi, F. M., & Peña-Miguel, N. (2023). Sustainable development goals in public administrations: Enabling conditions in local governments. *International Review of Administrative Sciences*, 89(4), 1223–1242. <https://doi.org/10.1177/00208523221146458>
- Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2023). Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. *Dados*, 66(2). <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>
- Botchway, G. O., & Bradley, O. J. (2023). The diffusion of the sustainable development goals (SDGs): an examination of preparer perceptions. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 14(2), 289–312. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-01-2022-0012>
- Brasil. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. (2025). Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios (14ª ed.). <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/mdf>
- Brusca, I., Bisogno, M., Cohen, S., & Manes-Rossi, F. (2024). New development: Assurance on public sector sustainability reporting—time to be proactive. *Public Money and Management*, 44(8), 723–726. <https://doi.org/10.1080/09540962.2024.2405307>
- Caldeira, A. A., Wilbert, M. D., Moreira, T. B. S., & Serrano, A. L. M. (2016). Brazilian State debt sustainability: An analysis of net debt and primary balance. *Revista de Administracao Publica*, 50(2), 285–306. <https://doi.org/10.1590/0034-7612151140>
- Choi, S. U., & Lee, W. J. (2024). Financial Statement Comparability and Environmental, Social, and Governance (ESG) Performance. *Sustainability*, 16(18), 7993. <https://doi.org/10.3390/su16187993>
- Christ, K. L., Dijkstra-Silva, S., Burritt, R. L., & Schaltegger, S. (2024). Sustainability management accounting – enabling macro-level sustainability transformation towards the United Nations Sustainable Development Goals. *Meditari Accountancy Research*, 32(3), 923–944. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-03-2023-1952>
- Cohen, S., Manes-Rossi, F., & Brusca, I. (2023). Are SDGs being translated into accounting terms? Evidence from European cities. *Public Money and Management*, 43(7), 669–678. <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2243543>
- Couto, J. M., Lima, L. G. A., & Couto, A. C. L. (2021). The public deficit and the growth of the federal securities debt (1985-2018). *Brazilian Journal of Political Economy*, 41(1), 65–78. <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-2915>
- Cruz, A. F., Lopes, B. L., Pimenta, D. P., & Soares, G. F. (2018). A gestão fiscal do estado do Rio de Janeiro: uma análise à luz da LRF e da sustentabilidade da dívida no período de

- 2001 a 2017. *Revista de Administração Pública*, 52(4), 764–775. <https://doi.org/10.1590/0034-7612174116>
- Fang, K., Xu, A., Wang, S., Jia, X., Liao, Z., Tan, R. R., Sun, H., & Su, F. (2023). Progress towards Sustainable Development Goals in the Belt and Road Initiative countries. *Journal of Cleaner Production*, 424, 138808. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.138808>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica* (5ª ed.). AMGH.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate data analysis* (7ª ed.). Pearson Education.
- Hopper, T. (2019). Stop accounting myopia: – think globally: a polemic. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 15(1), 87–99. <https://doi.org/10.1108/JAOC-12-2017-0115>
- Instituto Cidades Sustentáveis. (2024). Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil: Metodologia e dados. <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>
- Juusola, K., & Srouji, R. (2023). Challenges associated with sustainability accounting and reporting practices: a legitimacy perspective. *International Journal of Law and Management*, 65(1), 64–87. <https://doi.org/10.1108/IJLMA-06-2022-0113>
- Luhtala, M., Welinder, O., & Vikstedt, E. (2025). Glocalizing sustainability: how accounting begins for sustainable development goals in city administration. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 37(2), 196–223. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-06-2023-0097>
- Magliacani, M. (2023). How the sustainable development goals challenge public management. Action research on the cultural heritage of an Italian smart city. *Journal of Management and Governance*, 27(3), 987–1015. <https://doi.org/10.1007/s10997-022-09652-7>
- Mendonça, H. F., & Peçanha, M. S. (2021). Fiscal management performance and local economic development: evidence from a large emerging economy. *Journal of Economic Studies*, 48(3), 641–659. <https://doi.org/10.1108/JES-08-2019-0386>
- Minutiello, V., García-Sánchez, I. M., & Aibar-Guzmán, B. (2024). The Latest Developments in Research on Sustainability and the Sustainable Development Goals in the Areas of Business, Management and Accounting. *Administrative Sciences*, 14(10), 254. <https://doi.org/10.3390/admsci14100254>
- Moses, O., & Hopper, T. (2022). Accounting articles on developing countries in ranked English language journals: a meta-review. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 35(4), 1035–1060. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2020-4528>
- Nakpodia, F., Sakariyahu, R., Fagbemi, T., Adigun, R., & Dosumu, O. (2024). Sustainable development goals, accounting practices and public financial management: A pre and post COVID-19 assessment. *British Accounting Review*. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2024.101466>
- Nicolò, G., Andrades-Peña, F. J., Ferullo, D., & Martinez-Martinez, D. (2023). Online sustainable development goals disclosure: A comparative study in Italian and Spanish local governments. *Business Ethics, the Environment & Responsibility*, 32(4), 1490–1505. <https://doi.org/10.1111/beer.12584>
- Oyewo, B., Tawiah, V., & Hussain, S. T. (2023). Drivers of environmental and social sustainability accounting practices in Nigeria: a corporate governance perspective. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 23(2), 397–421. <https://doi.org/10.1108/CG-09-2021-0336>
- Pereira, A. C., & Vieira, J. C. (2024). Políticas públicas e gestão no Brasil em consonância com a Agenda 2030 da ONU: uma análise das grandes regiões (2015-2022). *Global Dialogue*, 7(1), 169–193. <https://doi.org/10.53660/GDIA-185-504>

- Rieiro-García, M., Aibar-Guzmán, C., & Aibar-Guzmán, B. (2023). The 2030 Agenda in Spanish local entities: Does the government's ideological color matter?. *Politics and Policy*, 51(5), 800–829. <https://doi.org/10.1111/polp.12553>
- Sousa, K. M. (2022). Efeito Spillover: uma análise espacial da qualidade da informação contábil nos municípios brasileiros. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 16(4), 367–384. <https://doi.org/10.17524/repec.v16i4.3037>
- Sinervo, L. M., Vikstedt, E., Luhtala, M., Laihonon, H., & Welinder, O. (2024). Fostering sustainability in local government: The institutional work perspective on the accounting–management nexus. *Financial Accountability and Management*, 40(4), 592–612. <https://doi.org/10.1111/faam.12399>
- Twyford, E. J., Musundwa, S., Tanima, F. A., & George, S. (2024). Bridging the gap: sustainable development goals as catalysts for change in accounting education and society. *Meditari Accountancy Research*, 32(5), 1758–1786. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2024-2375>
- Wang, Y., & Liu, M. (2024). Impact of Information Characteristics on Information Adoption and Public Sector Organizations Success in the China. *Profesional de la Informacion*, 33(4). <https://doi.org/10.3145/epi.2024.ene.0410>